

**EDITAL N.º 01/2009 – SEAD/IASEP – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ**

REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA: 07 de fevereiro de 2010

NÍVEL SUPERIOR

**Cargo: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS – SERVIÇO SOCIAL**

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

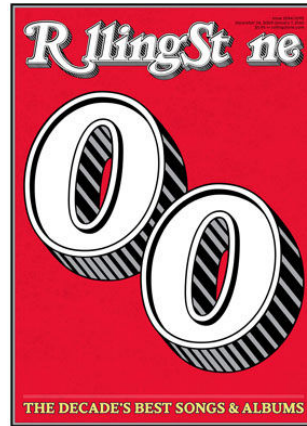
INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- 1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.**
- 2. Esta prova contém 40 questões objetivas, sendo 05 de Língua Portuguesa, 05 de Noções de Informática, 05 de Meio Ambiente, 05 de Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado e 20 de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:30h e término às 12:30h (horário de Belém).**
- 3. A resposta definitiva de cada questão deve ser obrigatoriamente, assinalada no CARTÃO RESPOSTA, considerando a numeração de 01 a 40.**
- 4. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.**
- 5. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.**
- 6. Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois não serão consideradas marcações a lápis no CARTÃO RESPOSTA. O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.**
- 7. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO RESPOSTA.**
- 8. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão resposta por erro do candidato. O cartão resposta só será substituído se for constatada falha de impressão.**
- 9. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.**
- 10. O candidato deverá devolver no final da prova, o cartão-resposta e o boletim de questões, recebidos.**
- 11. Será automaticamente eliminado do concurso público do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 01/2009-SEAD/IASEP.**

LÍNGUA PORTUGUESA

Anos 00: a década perdida?

1 A revista *Rolling Stone* deste mês faz um extenso balanço
2 da década de zero. O conteúdo desta década está perto
3 (um pouco exageradamente) do nome que tem: zero. O
4 editorial deste mês decidiu chamar-lhe “a década das
5 oportunidades perdidas”. Será assim mesmo? Vamos
6 refletir.



7 **Internet:** Esta invenção prometia uma década dourada de
8 um fluxo rápido de informação. A consequência mais óbvia
9 prevista em 2000 seria um enriquecimento cultural das
10 pessoas, já que era uma forma de informação gratuita e
11 acessível a quase todos, mesmo um cidadão de uma
12 pequena aldeia poderia finalmente almejar ter acesso ao
13 conhecimento quase tanto como um vizinho da Biblioteca
14 Nacional. O que aconteceu na década de zero? Surgiu a
15 Web 2.0 vocacionando a net para conteúdos mais visuais e menos informativos. As
16 pessoas substituem a realidade pela Internet: redes sociais, conversas *online*, ver
17 vídeos da vizinha no *YouTube*... A Internet serviu ao aldeão para ter acesso a um
18 mundo que supõe ser o centro nevrálgico da humanidade: não se interessa em
19 melhorar através do conhecimento a sua vida quotidiana mas sim em saber o que se
20 passa longe de si. A sensação de se ser complexado por se ser provinciano nunca foi
21 tão grande.

22 **Privacidade:** É a década da exploração da privacidade devido a muitos meios
23 tecnológicos mais evoluídos. Começamos pelo programa *Big Brother* e continuamos
24 em agressões em salas de aula ou podemos assistir pelo *YouTube* à morte de um
25 determinado fulano na estrada. Não deveria a privacidade ser um direito?

26 **Individualismo:** Muitos direitos tem sido alcançados, mas e deveres? Alguém fala
27 destes? Que o direito é uma vantagem não há dúvida, não se apercebe contudo que o
28 direito tem um interesse individual. Os deveres referindo-se ao coletivo são
29 descartados e ninguém quer referi-los por implicarem trabalho sem retorno imediato. A
30 década de 00 foi de avanço progressivo do individualismo.

<http://cafeilosoficodeevora.blogspot.com/2009/12/anos-00s-decada-perdida.html>

01. No texto “Anos 00: a década perdida?”,

(A) discutem-se as vantagens trazidas pelos avanços tecnológicos nos anos 00.

(B) faz-se uma retrospectiva minuciosa dos fatos que marcaram a década de zero.

(C) enumeram-se as oportunidades que foram desperdiçadas ao longo da década de 00.

(D) apresentam-se algumas razões que explicam por que os anos 00 são considerados a década das oportunidades perdidas.

02. Leia os enunciados abaixo:

- I. Os anos 00 renderam muito poucos frutos, por isso, foram considerados uma década malsucedida.
- II. Com a Internet, as pessoas passaram a privilegiar o mundo virtual, em detrimento da própria vida.
- III. A década de 00 atenuou o sentimento de inferioridade daqueles que moram distante dos grandes centros urbanos.
- IV. A Internet, ao possibilitar um rápido fluxo de informações, permitiu o enriquecimento cultural das pessoas, inclusive daquelas que vivem longe das grandes cidades.

Em relação às idéias desenvolvidas no texto, **está correto** o que se afirma em

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) III e IV
- (D) I, II e III

03. Considere o fragmento de texto abaixo:

Que o direito é uma vantagem não há dúvida, não se apercebe contudo que o direito tem um interesse individual. Os deveres referindo-se ao coletivo são descartados e ninguém quer referi-los por implicarem trabalho sem retorno imediato (linhas 27-29).

Esse fragmento é reformulado, sem qualquer alteração de sentido, em

- (A) Por um lado, leva-se em conta o direito por ser vantajoso e assegurar interesses individuais, por outro, os deveres são considerados por garantirem benefícios coletivos a curto prazo.
- (B) Apesar de ser vantajoso, o direito está relacionado a interesses individuais, contrariamente aos deveres que, sendo coletivos, são mais trabalhosos e não trazem benefícios imediatos.
- (C) Não resta nenhuma dúvida de que o direito é vantajoso do ponto de vista individual enquanto os deveres não trazem recompensas, nem individuais nem coletivas, por isso, não são referidos.
- (D) O direito, embora nefasto, diz respeito a ganhos individuais; já os deveres são de natureza coletiva, entretanto, são deixados de lado por exigirem esforço e não trazerem recompensas a curto prazo.

04. O trecho sublinhado que, em relação ao enunciado precedente, expressa a ideia de causa é:

- (A) “A consequência mais óbvia prevista em 2000 seria um enriquecimento cultural das pessoas, já que era uma forma de informação gratuita e acessível a quase todos” (linhas 8-11).
- (B) “Que o direito é uma vantagem não há dúvida, não se apercebe contudo que o direito tem um interesse individual” (linhas 27-28).
- (C) “não se interessa em melhorar através do conhecimento a sua vida cotidiana mas sim em saber o que se passa longe de si” (linhas 18-20).
- (D) “A Internet serviu ao aldeão para ter acesso a um mundo que supõe ser o centro nevrálgico da humanidade” (linhas 17-18).

05. Julgue os itens abaixo:

- I. O vocábulo “contudo” (linha 27) pertence à categoria das conjunções e é designativo de oposição.
- II. Em “Não deveria a privacidade ser um direito?” (linha 25), o futuro do pretérito sugere condição, indicando o futuro de um passado que não chegou ao presente.
- III. A forma verbal “tem” (linha 26) deveria estar no plural para concordar com o sujeito “muitos direitos” (linha 26).
- IV. Com base no contexto linguístico, pode-se depreender que “vacionando” (linha 15) tem o mesmo significado de “impelindo”.
- V. Em “Esta invenção prometia uma década dourada de um fluxo rápido de informação” (linhas 7-9) ocorre uma silepse de número (linhas 7-8).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III
- (B) II, III e V
- (C) I, III e IV
- (D) I, II, III e IV

INFORMÁTICA

06. O comando localizado no menu “Iniciar” do Windows XP, que proporciona o acesso às conexões de rede local e Internet, configuradas no microcomputador é o

- (A) Acessar
- (B) Internet
- (C) Conectar-se
- (D) Configurações

07. Dentre os componentes que formam uma janela no Windows XP, a Barra de _____, apresenta algumas informações sobre o conteúdo da janela em questão.

- (A) Comunicação
- (B) Mensagem
- (C) Informação
- (D) Status

08. O servidor responsável por armazenar as páginas da WWW que a empresa mantém em seu site para que os diversos navegadores de internet possam acessar o seu conteúdo (páginas) é o

- (A) SSL
- (B) POP
- (C) SMTP
- (D) WEB

09. No Microsoft Internet Explorer 6, para acessar a opção responsável por verificar a correspondência entre as páginas off-line e as respectivas páginas da Web, é necessário ir até o menu Ferramentas e selecionar a opção

- (A) Windows Update
- (B) Gerenciar Complementos...
- (C) Sincronizar...
- (D) Opções da Internet

10. Para mover um arquivo de uma pasta para outra, no Internet Explorer, o usuário seleciona o arquivo, e utiliza as opções recortar e colar, respectivamente, existentes no menu “Editar”. As mesmas ações poderão ser realizadas, utilizando as seguintes combinações de teclas, respectivamente:

- (A) CTRL + X ; CTRL + V
- (B) CTRL + Z ; CTRL + V
- (C) CTRL + A ; CTRL + Z
- (D) CTRL + K ; CTRL + X

MEIO AMBIENTE

11. Para a execução de obras de engenharia que possam afetar as estações ecológicas, será obrigatória a audiência prévia do

- (A) Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
- (B) Conselho Nacional do Meio Ambiente
- (C) Ministério do Meio Ambiente
- (D) Instituto Chico Mendes

12. A instância administrativa do CONAMA responsável pelo julgamento, em caráter final, das multas e outras penalidades administrativas impostas pelo IBAMA é a Câmara

- (A) Especial Recursal
- (B) Técnica de Assuntos Jurídicos
- (C) Técnica de Economia e Meio Ambiente
- (D) Técnica de Controle e Qualidade Ambiental

13. A Política de Meio Ambiente do Estado do Pará veda o licenciamento de projetos agrossilvipastoris

- (A) quando resultarem em degradação dos solos
- (B) em áreas que correspondam a ecossistemas frágeis
- (C) quando implicarem em desmatamento de espaços territoriais
- (D) quando resultarem em degradação dos mananciais

14. A Agenda 21 é um programa de ação baseado num documento de

- (A) 40 capítulos
- (B) 40 programas
- (C) 1 preâmbulo e 40 capítulos
- (D) 1 preâmbulo e 40 programas

15. É um dos objetivos da Política Estadual do Meio Ambiente:

- (A) Combater a pobreza e a marginalização
- (B) Reduzir as desigualdades sociais e regionais
- (C) Garantir a participação popular nas decisões relacionadas ao meio ambiente
- (D) Criar e implementar instrumentos e meios de preservação e controle ambiental

REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES DO ESTADO

16. Quanto às disposições da Lei Federal n.º 9.656/1998, bem como de suas interconexões com a Medida Provisória n.º 2.177-44/2001, assinale a alternativa correta:

- (A) Submetem-se às disposições da Lei Federal n.º 9.656/1998 as pessoas jurídicas de direito público e privado que operam planos de assistência à saúde, sem prejuízo do cumprimento da legislação específica que rege a sua atividade.
- (B) Constitui Plano Privado de Assistência à Saúde a prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando à assistência médica, hospitalar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor.
- (C) No que concerne à Operadora de Plano de Assistência à Saúde, constitui esta a pessoa jurídica instituída apenas sob a modalidade de entidade de autogestão que opere produto, serviço ou contrato de Plano Privado de Assistência à Saúde.
- (D) O conjunto de contratos de cobertura de custos assistenciais ou de serviços de assistência à saúde em qualquer das modalidades de que tratam o inciso I e o § 1.º do art. 1.º da Lei n.º 9.656/1998, com todos os direitos e obrigações nele contidos, denomina-se *cadeira*.

17. Considere os seguintes itens:

- I. A Resolução CONSU n.º 02/1998, do Conselho de Saúde Suplementar, define que “doenças e lesões preexistentes” são aquelas que o consumidor ou seu responsável saiba ser portador ou sofredor, mesmo em época posterior à contratação de planos ou seguros privados de assistência à saúde.
- II. De acordo com a Resolução CONSU n.º 02/1998, do Conselho de Saúde Suplementar, às crianças nascidas de parto coberto pela operadora não caberá qualquer alegação de doença ou lesão preexistente, sendo-lhes garantida a assistência durante os 30 (trinta) primeiros dias de vida dentro da cobertura do plano do titular, assim como estará garantida a sua inscrição na operadora sem a necessidade de cumprimento de qualquer período de carência ou de cobertura parcial temporária ou agravo.
- III. Consoante a Resolução CONSU n.º 05/1998, do Conselho de Saúde Suplementar, os programas assistenciais existentes dentro da autogestão com fins específicos de promoção da saúde e prevenção de doenças, bem como os de gestão de custos para doenças crônicas e preexistentes deverão ser protocolados no Ministério da Saúde.
- IV. A Resolução CONSU n.º 17/1999, do Conselho de Saúde Suplementar, dispõe sobre os agravos a que se refere a Resolução CONSU n.º 02/1998.

Estão corretos os itens

- (A) I, III e IV, somente
- (B) I, II e IV, somente
- (C) II, III e IV, somente
- (D) I, II, III e IV

18. Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo antes ocupado, quando sua demissão foi anulada por decisão administrativa ou judicial, tendo direito ao ressarcimento de remuneração e vantagens não percebidas.
- (B) O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento facultativo em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- (C) Reversão é o retorno do servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- (D) Promoção é a ascensão vertical na carreira, quando se passa de um cargo inferior para outro superior.

19. Acerca da acumulação de cargos públicos no âmbito do Governo do Estado do Pará, assinale a alternativa correta:

- (A) A vedação de acumular é extensiva a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista pertencentes ao Governo do Estado do Pará, à União e aos Municípios e ao Distrito Federal.
- (B) No âmbito da Administração Pública estadual, a acumulação é excepcionalmente permitida, desde que haja compatibilidade de horários e haja observância ao disposto na Lei Federal n.º 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos Servidores Federais), por se tratar de norma hierarquicamente superior à Lei Estadual n.º 5.810/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores Estaduais).
- (C) O servidor estadual poderá exercer permanentemente, no máximo, até dois cargos em comissão, desde que não seja remunerado pelo exercício de um deles.
- (D) Em regra, o Regime Jurídico Único dos servidores estaduais permite a acumulação remunerada de cargos públicos.

20. Afirma-se corretamente que a Resolução Normativa n.º 162, de 17 de outubro de 2007, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar, não dispõe sobre

- (A) a Declaração de Saúde e sobre o processo administrativo para comprovação do conhecimento prévio de doenças ou lesões preexistentes pelo beneficiário de plano privado de assistência à saúde no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- (B) as sanções aplicáveis aos procedimentos e atividades lesivas à assistência de saúde suplementar.
- (C) a obrigatoriedade da Carta de Orientação ao beneficiário, enquanto documento padronizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, que visa orientar o beneficiário sobre o preenchimento da Declaração de Saúde no momento da assinatura do contrato.
- (D) a revogação da Resolução CONSU n.º 02, de 4 de novembro de 1998.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A concepção do *Serviço Social como trabalho* procura explorar seus traços de continuidade com o debate profissional acionado nos anos 1980, em que o Serviço Social procurou quebrar com sua acepção tradicional e se afirmar como especialização sociotécnica do trabalho. Por esse motivo,

- (A) à inserção da categoria trabalho debita-se a capacidade de clarificar a utilidade social da profissão, a natureza da profissão, ou seja, debita-se o poder de retratar sua determinação histórico-social, ressaltando suas formas de participação na produção e reprodução da vida social.
- (B) a determinação do assistente social como trabalhador assalariado inscrito na divisão sociotécnica do trabalho é um fator determinante para sua visão de mundo, porém limita sua possibilidade interventiva na realidade.
- (C) a prática voluntarista/messiânica existente desde os primórdios da profissão continua predominante na prática política e interventiva dos assistentes sociais, sendo um desafio a ser enfrentado em pleno século XXI.
- (D) a análise do instrumental técnico de intervenção profissional na realidade deve ser repensado para superação do serviço social como trabalho improdutivo.

22. Em 1932, em São Paulo, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social-CEAS, entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira escola de Serviço Social no Brasil. Destacam-se como objetivos desse Centro:

- (A) promover políticas de integração e adaptação do homem à sociedade
- (B) difundir a doutrina e a ação social da Igreja Católica
- (C) assistir as crianças carentes e os idosos na sociedade
- (D) recrutar mulheres solteiras e viúvas para a prática caritativa

23. A resolução do Conselho Federal de Serviço Social-CFESS de nº 273/93, de 13 de março de 1993, instituiu o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Neste Código, destaca-se como um dos princípios fundamentais

- (A) a garantia e a defesa das atribuições e prerrogativas do Assistente Social, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão.
- (B) a garantia da plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que elas sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais.
- (C) a liberdade na realização de estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos nos trabalhos do Serviço Social.
- (D) o exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

24. A política social é reveladora da interação de um conjunto muito rico de determinações econômicas, políticas e culturais, no mesmo passo em que é coberta pelo véu ideológico do “mundo da pseudoconcreticidade”. Neste enfoque, a política social abordada a partir da perspectiva crítico-dialética pressupõe:

- (A) É na natureza da própria sociedade que se deve buscar a explicação da vida social, partindo do suposto de que nesta o todo não é igual à soma das partes, mas constitui um sistema com características próprias, cujo movimento ultrapassa os estados de consciência dos indivíduos, e se explica em função das condições do “corpo social” no seu conjunto.
- (B) Uma análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo.
- (C) Ao analisar as políticas sociais, deve-se realizar um trabalho de aproximação dos processos sociais a partir da compreensão das intencionalidades e ações dos sujeitos, voltando-se para captação do sentido da ação humana.
- (D) A análise das políticas sociais deve ser articulada com o debate sobre a divisão social e técnica do trabalho, priorizando os problemas decorrentes do desenvolvimento das corporações e do fortalecimento de instituições para a integração social.

25. Por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), é garantido ao idoso o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde. Um dos meios pelos quais a prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio do(da)

- (A) atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios
- (B) reabilitação, mas somente em casos em que o idoso seja deficiente físico
- (C) doação pelo poder público de medicamentos para o controle de obesidade senil
- (D) rede privada, sendo permitida a cobrança diferenciada nos planos de saúde a partir de 90 anos

26. As instituições de ensino mantidas pela União, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação compreendem

- (A) o sistema federal de ensino
- (B) os órgãos federativos da educação brasileira
- (C) as entidades de educação nacional
- (D) o sistema de ensino superior brasileiro

27. É um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, situadas no primeiro nível de atenção dos sistemas de saúde, voltadas para a promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação:

- (A) normas operacionais de atendimento à saúde
- (B) estratégias de operacionalização de saúde
- (C) atenção integral à saúde
- (D) atenção básica à saúde

28. A política federal de prevenção e tratamento do alcoolismo em relação à prática profissional nos serviços de saúde aponta para uma insuficiência dos conhecimentos, comprovando a complexidade do diagnóstico e a necessidade de capacitação das equipes de saúde. O papel do serviço social nesta área consiste na

- (A) crítica ao profissional de saúde acerca da política de prevenção do alcoolismo
- (B) investigação sobre a realização do diagnóstico precoce do alcoolismo
- (C) identificação e tratamento do alcoolismo a partir do diagnóstico precoce
- (D) intervenção planejada para colocação do paciente em tratamento fora de domicílio

29. A importância da economia em saúde como área de conhecimento tem sido reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a ponto de

- (A) sua ação ter sido expandida aos países desenvolvidos, principalmente aos países com economia forte e riqueza abundante.
- (B) promover seu uso e estimular a sua adoção para orientar as políticas de gestão em saúde nos países em desenvolvimento e naqueles ainda subdesenvolvidos.
- (C) influenciar as políticas assistenciais em países com altíssimo grau de pobreza, principalmente aqueles em que inexitem políticas públicas de saúde.
- (D) criar políticas de saúde a fim de introduzir princípios políticos e de medir as conseqüências e efeitos na saúde em todos os países com economia fraca.

30. Sobre o assistencial na política social, pode-se afirmar que

- (A) o mecanismo assistencial configura a inclusão quando inclui o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado.
- (B) o assistencial, como mecanismo presente nas políticas sociais, revela-se, ao mesmo tempo, como exclusão e inclusão aos bens e serviços prestados direta e indiretamente pelo Estado.
- (C) na perspectiva assistencial, os serviços públicos se destinam a uma população “carente e majoritária” e são prestados para inclusão de grande parcela da população, não devendo restringir-se a clientela elegíveis.
- (D) o assistencial é, de per si, a exclusão, pois mantém a população sem acesso aos benefícios e serviços prestados pelo Estado.

31. A maioria dos países da América do Sul já realizou reforma de seus regimes de aposentadorias e pensões e outros se encontram em processo de análise de sua situação atual e das alternativas de reforma. Podem-se destacar como motivos alegados para a reforma:

- (A) o crescimento do trabalho formal e o aumento da inclusão no mercado de trabalhadores.
- (B) a crise no sistema de saúde e o adoecimento precoce da população latino-americana.
- (C) o envelhecimento da população e o crescente interesse na privatização, incluindo-se os serviços sociais.
- (D) a base de benefícios definidas conduz a uma superdeclaração de salários durante a vida ativa do trabalhador e uma subdeclaração ao final.

32. Como traço bastante peculiar da política de assistência social, é correto afirmar que

- (A) ela se organiza enquanto campo reivindicatório de provimento das necessidades sociais, também a partir de inúmeros requerimentos individuais e privados.
- (B) seu procedimento atende apenas a uma parcela da população ligada às esferas públicas do Estado enquanto tutor das políticas assistenciais.
- (C) as políticas de assistência são bastante equitativas no que diz respeito ao acesso da população formal assalariada e não-assalariada.
- (D) a densidade administrativa das políticas de assistência social são a tal ponto organizadas que contemplam as demandas básicas, superando as dificuldades financeiras.

33. Compreendem a instituição de investimentos econômicos nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e sua organização social os

- (A) programas de assistência social
- (B) benefícios eventuais de assistência social
- (C) projetos de enfrentamento da pobreza
- (D) serviços assistenciais

34. A informação como instrumento técnico-operativo do serviço social é um potencializador valioso que veicula informações de interesse da população e do assistente social, sendo utilizado de três maneiras:

- (A) verbal, virtual e interacional
- (B) verbal, oral e tecnológica
- (C) escrita, verbal e áudio-visual
- (D) escrita, virtual e visual

35. É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

- (A) física, auditiva, intelectual, adaptativa, múltipla
- (B) física, visual, intelectual, de atraso motor, auditiva
- (C) física, auditiva, áudio-visual, de perda bilateral, mental
- (D) física, auditiva, visual, mental, múltipla

36. O planejamento como elaboração pode caracterizar-se como plano, programa ou projeto, dependendo do nível decisório a que se relaciona, de seu âmbito e de seu grau de agregação de variáveis e detalhamento. Quanto ao plano, é verdadeiro afirmar que ele

- (A) é o documento que detalha, por setor, a política, as diretrizes, as metas e as medidas instrumentais do planejamento.
- (B) estabelece o quadro de referência do projeto e das funções efetivamente consignadas aos órgãos de execução.
- (C) sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de uma unidade de ação.
- (D) delinea as decisões de caráter geral do sistema, suas grandes políticas, suas estratégias e suas diretrizes.

- 37.** Gestão de pessoas é a nova linguagem para se falar de recursos humanos nas organizações que mantém sob nova visão o recrutamento, treinamento, avaliação de desempenho, entre outras estratégias de desenvolvimento de pessoas. Neste contexto, por recrutamento compreende-se
- (A) o processo de ensinar aos novos empregados as habilidades básicas que eles necessitam para desempenhar seus cargos.
 - (B) o processo sistemático de alterar o comportamento dos empregados na direção do alcance dos objetivos organizacionais.
 - (C) um conjunto de atividades desenhadas para atrair um conjunto de candidatos qualificados para uma organização.
 - (D) a estratégia de capitanear profissionais de outras organizações para assumirem cargos de liderança.
- 38.** O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) significou uma importante modificação no tratamento da criança e do adolescente no Brasil, pois criou mecanismos de proteção nas áreas da educação, da saúde, do trabalho e da assistência social. Acerca dos direitos garantidos pelo ECA, e na prevenção da dignidade da criança e do adolescente, é correto afirmar que
- (A) o detentor da guarda pode opor seu direito contra terceiros que desejem ameaçá-lo, somente podendo resistir à interferência dos pais naturais.
 - (B) é proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.
 - (C) a criança e o adolescente poderão viajar ao exterior sem autorização judicial se estiver acompanhado de ascendente ou colateral maior, até o 3º grau, comprovado documentalmente o parentesco.
 - (D) é proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 anos e quando autorizado por autoridade competente.
- 39.** Das técnicas de avaliação econômica dos serviços de saúde, a análise de custo-benefício refere-se
- (A) à avaliação da viabilidade econômica de projetos sociais, podendo-se aplicar a um determinado programa ou a vários, para compará-los em termos de sua rentabilidade social.
 - (B) ao estudo que negligencia variáveis políticas e culturais que, entre outras, interferem, seja sobre a oferta de serviços, seja sobre a demanda e o próprio acesso. Devem ser, preferencialmente, aplicadas a realidades de nível local ou, quando muito, regional.
 - (C) ocupa-se ao mesmo tempo com o custo unitário de um determinado serviço e com o seu desempenho em termos do cumprimento das metas preestabelecidas, utilizando intensamente o método do rateio.
 - (D) fundamentalmente à avaliação comparativa de tratamentos ao mesmo tempo altamente custosos e de impacto qualitativo e quantitativo pouco conhecido sobre a sobrevivência dos pacientes.
- 40.** Sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, pode dizer que seu marco inicial foi
- (A) a fundação das escolas de serviço social no Brasil e na América Latina, em 1970
 - (B) os encontros regionais de profissionais da área social da América Latina, no Uruguai, em 1963
 - (C) o I Encontro Internacional de Assistentes Sociais, ocorrido na Argentina, em 1965
 - (D) o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, sediado no Brasil, em 1965